

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL



PROGRAMA  AMBIENTE



Projecto Co-Financiado
pelo FEDER

PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DA TAPADA PEQUENA

RELATÓRIO SÍNTESE



ÍNDICE DE TEXTO

	<i>Pág.</i>
1 - INTRODUÇÃO	5
2 - SÍNTESE DOS OBJECTIVOS	7
3 - ÂMBITO ESPACIAL DO PLANO DE ORDENAMENTO	8
4 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	9
4.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS	9
4.2 - OCUPAÇÃO DO SOLO	9
4.3 - QUALIDADE DA ÁGUA	9
4.4 - FONTES DE POLUIÇÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DA ALBUFEIRA.....	10
4.5 - ICTIOFAUNA.....	11
4.6 - SÓCIO-ECONOMIA	11
4.7 - INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS.....	13
4.8 - INFRA-ESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO.....	13
4.9 - EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E DE LAZER.....	14
4.10 - PATRIMÓNIO	14
4.11 - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.....	15
4.12 - POTENCIALIDADES	15
4.13 - CONDICIONANTES.....	17
5 - OPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO	18
6 - PROPOSTA DE ORDENAMENTO	19
6.1 - PRINCÍPIOS GERAIS.....	19
6.2 - ZONAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS	20
6.2.1 - Espaços rurais	20
6.2.2 - Espaços urbanos.....	20
6.2.3 - Plano de Água	22
6.2.4 - Outros zonamentos.....	22
6.3 - PROGRAMAS E PROJECTOS.....	23
6.3.1 - Considerações gerais.....	23
6.3.2 - Programas e Projectos.....	23
7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	25

ANEXO: Figuras

FIGURA 1 - Planta de Enquadramento

FIGURA 2 - Planta de Síntese

FIGURA 3 - Planta de Condicionantes

FIGURA 4 - Planta de Património

EQUIPA TÉCNICA

TÉCNICO	HABILITAÇÕES
COORDENAÇÃO DE PROJECTO	
Dr. Nuno Ferreira Matos	Licenciado em Recursos Faunísticos e Ambiente, Área Científica de Biologia, pela Faculdade de Ciências de Lisboa; Mestre em Gestão de Recursos Naturais pelo Instituto Superior de Agronomia
Dr. Miguel Gamboa	Licenciado em Geografia e Planeamento Regional, Variante de Geografia Física, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
PLANEAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	
Eng. Margarida Fonseca	Licenciada em Engenharia do Ambiente, ramo Ambiente, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	
Arqtº. Luis Gravata Filipe	Licenciado em Arquitectura, pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Pós-Graduação em Ordenamento do Território Ambiental, pela Universidade Nova de Lisboa
Dr. Miguel Gamboa	
QUALIDADE DA ÁGUA	
Eng. Maria Helena Tavares	Licenciada em Engenharia Química, pelo Instituto Superior Técnico
Eng. Ana Isabel Tavares	Licenciada em Engenharia do Ambiente, pela Universidade dos Açores
ECOLOGIA	
Dr. Nuno Ferreira Matos	
Eng. António Albuquerque	Licenciado em Engenharia Florestal (Ramo Gestão de Recursos Naturais), pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa
OCUPAÇÃO E USO DO SOLO	
Dr. Miguel Gamboa	
SÓCIO-ECONOMIA	
Dr. Nuno Cabral	Licenciado em Economia (FEUP)
Dr. Miguel Gamboa	
DIREITO	
Dr. Gonçalo Capitão	Licenciado em Direito, pela Universidade Lusíada; Mestre em Ciências do Direito Público, pela Universidade Lusíada
PAISAGISMO	
Eng. António Albuquerque	
INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS E DE SANEAMENTO	
Eng. Arnaldo Sá Frias	Licenciado em Engenharia Civil, pelo Instituto Superior Técnico
REGIME SEDIMENTAR	
Eng. Sandra Pombo	Licenciada em Engenharia Civil, Ramo Hidráulica e Recursos Hídricos, pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa
SOLOS, GEOLOGIA E HIDROGEOLOGIA, CLIMATOLOGIA	
Dr. Marta Franco	Licenciada em Geologia, ramo Científico, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
Dr. Miguel Gamboa	
PATRIMÓNIO	
Eng. João Caninas	Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo IST; Arqueólogo reconhecido pelo IPA
SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA	
Dr. Miguel Gamboa	
Lília Martins	Técnica de Sistemas de Informação Geográfica

1 - INTRODUÇÃO

A albufeira da Tapada Pequena localiza-se no Baixo Alentejo, Distrito de Beja, Concelho de Mértola, na margem esquerda do vale do rio Guadiana, abrangendo território da freguesia de Corte do Pinto, junto da localidade da Mina de São Domingos, outrora uma importante localidade mineira (Figura 1).

É uma albufeira de reduzidas dimensões e de baixa profundidade, abrangendo cerca de 24 ha. A zona terrestre de protecção correspondente, com 500 m de largura, abrange cerca de 220 ha. Tem ligação hidráulica com a albufeira da Tapada Grande no sector noroeste, sendo uma parte desta ligação efectuada através de um túnel e outra parte através de vala. Nos períodos de “águas altas” dos anos húmidos ocorre transferência de água para aquela albufeira.

A albufeira localiza-se numa área de relevo suave, com altitude variando entre 180 m no limite nordeste e sul da zona de protecção e 150 m na margem da albufeira. Na zona de protecção da albufeira, predominam as altitudes entre 150 m e 160 m (Figura 1). A bacia hidrográfica correspondente à secção da barragem atinge a altitude máxima em Seixo Branco, a norte da albufeira, com 190 m.

A região onde se insere a albufeira é caracterizada por povoamento do tipo concentrado, típico da paisagem alentejana, sendo uma das regiões mais desertificadas do território português.

A barragem foi construída em 1882, tendo sido utilizada inicialmente como origem de água para abastecimento público da Mina de São Domingos. Actualmente tem-se revelado importante a consideração das massas de água existentes na proximidade do aglomerado populacional da Mina de São Domingos para abastecimento público, tendo a albufeira da Tapada Grande passado recentemente a ser usada para fins de abastecimento público, colmatando as carências verificadas sobretudo no Verão.

Com o encerramento da Mina de São Domingos, em 1965, começou a dar-se o abandono da localidade, tendo as infra-estruturas de suporte da actividade mineira entrado em degradação e estendido a sua influência à barragem e albufeira, traduzida pelo actual abandono a que estão votadas.

Este abandono é particularmente visível nas margens da albufeira, na zona reservada, onde se consolidaram actividades agrícolas de carácter familiar há muito permitidas pelos proprietários dos terrenos.

É neste contexto que o POATP se insere, contribuindo para o ordenamento territorial da zona de protecção legalmente estabelecida, em estreita articulação com as perspectivas de desenvolvimento da localidade da Mina de São Domingos.

A Albufeira da Tapada Pequena foi classificada como de Utilização Livre pelo Decreto Regulamentar n.º 3/2002, de 4 de Fevereiro, tendo-lhe sido fixada uma faixa de protecção de 500 m em seu redor medidos a partir do Nível de Pleno Armazenamento (NPA) pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2002, de 5 de Dezembro, que é designada por zona de protecção.

O Plano de Ordenamento visa a recuperação ambiental da albufeira e da zona de protecção legalmente fixada, procurando compatibilizar entre si as utilizações principais e secundárias destas duas áreas, em articulação com os planos, programas e projectos existentes ou em elaboração. A recuperação ambiental tem ainda como objectivo a melhoria das condições de atractividade da área, potenciando o desenvolvimento sócio-económico da população da Mina de São Domingos em articulação com o património cultural associado à antiga exploração mineira.

O projecto de Plano de Ordenamento que se apresenta, foi concebido como um instrumento do sistema de gestão territorial, que deverá suportar um *processo dinâmico* de planeamento, gerador do desenvolvimento integrado da Mina de São Domingos e Pomarão, em que a componente do ordenamento territorial se articule com as preocupações culturais, ambientais e sócio-económicas da região.

Salienta-se que o Projecto do Plano é um documento técnico que obteve a concordância da Comissão Mista de Coordenação nomeada para o seu acompanhamento, composta por representantes da Administração Central e Local (Instituto da Água, Câmara Municipal de Mértola, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano, Direcções Gerais do Turismo e das Florestas, Instituto Português de Arqueologia, Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica e Parque Natural do Vale do Guadiana.

As propostas apresentadas resultaram do consenso possível entre os vários interesses representados, e surgem na sequência dos Estudos de Base e da Proposta de Ordenamento, tendo presente os objectivos gerais e específicos e as opções de desenvolvimento adoptadas.

Apresenta-se no presente relatório síntese os principais aspectos do diagnóstico da área de intervenção como elemento enquadrador das referidas propostas de ordenamento, as principais linhas gerais da proposta de ordenamento dos espaços da zona de protecção da albufeira e dos usos do plano de água.

O âmbito geográfico dos Programas e Projectos adiante apresentados é, em geral, a zona de protecção da albufeira e a massa de água correspondente.

Embora fazendo parte integrante do Plano, o Programa de Execução e Plano de Financiamento é apresentado em documento autónomo. O referido Programa, que contempla os programas e projec-

tos de intervenção, os quais dão corpo às propostas de ordenamento, tem em conta a articulação com os instrumentos de gestão territorial com incidência na área do Plano e os objectivos a atingir, onde se destaca a recuperação ambiental da área de estudo e da qualidade da água da albufeira. O Programa contém também a estimativa dos investimentos de iniciativa pública e privada e o plano de financiamento, com indicação das fontes de financiamento e a calendarização integrada das intervenções.

Fazem ainda parte do POATP o respectivo regulamento, as plantas de síntese, de condicionantes e de património que são apresentadas à escala 1:10 000 (Figuras 2, 3 e 4, respectivamente).

O Regulamento do Plano, também apresentado em documento autónomo, é composto por um conjunto de disposições relativas ao uso e ocupação do solo da zona de protecção e do plano de água, definindo e estabelecendo regras que permitam enquadrar os objectivos definidos e, simultaneamente, restringindo actividades e usos que possam condicionar a prossecução desses objectivos.

Por fim, tecem-se algumas considerações sobre a elaboração do Plano.

2 - SÍNTESE DOS OBJECTIVOS

Os objectivos do Plano de Ordenamento da Albufeira da Tapada Pequena são os seguintes:

OBJECTIVOS GERAIS

- a) Definir regras de utilização do plano de água e zona envolvente da albufeira, por forma a salvaguardar a defesa e qualidade dos recursos naturais, em especial a água;
- b) Definir regras e medidas para usos e ocupação do solo que permitam a gestão da área do Plano numa perspectiva dinâmica e interligada;
- c) Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista de gestão dos recursos hídricos, quer do ponto de vista do ordenamento territorial;
- d) Garantir a articulação do POATP com outros planos, estudos ou programas de interesse local, regional ou nacional, existentes ou em curso, como planos municipais e regionais de ordenamento do território;
- e) Garantir a articulação com os objectivos tipificados no Plano de Ordenamento do Parque Natural do Vale do Guadiana (POPNVG) e no Plano de Ordenamento da Albufeira da Tapada Grande (POATG);
- f) Garantir a articulação com os objectivos tipificados no Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana;
- g) Planear de forma integrada a área envolvente da albufeira;

- h) Compatibilizar os diferentes usos e actividades existentes ou a criar, com a protecção e valorização ambiental, e com as finalidades principais da albufeira;
- i) Identificar, quer no plano de água quer na envolvente da albufeira, as áreas prioritárias para a conservação da natureza e as mais aptas para actividades recreativas e de lazer, salvaguardando as respectivas compatibilidades e complementaridades de uso entre o plano de água e as margens da albufeira.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- a) A recuperação da qualidade da água da albufeira, visando, designadamente, garantir o abastecimento público à população;
- b) A eliminação dos focos de poluição;
- c) A reflorestação da área envolvente da albufeira;
- d) A recuperação do bosque ribeirinho;
- e) Enquadrar e disciplinar os usos turístico/recreativos da zona de protecção e do plano de água.

3 - ÂMBITO ESPACIAL DO PLANO DE ORDENAMENTO

O âmbito espacial do Plano, de acordo com a legislação em vigor (Decreto Regulamentar n° 3/2002, de 4 de Fevereiro e Resolução de Conselho de Ministros n° 140/2002 de 12 de Novembro) e decorrente do estatuto de albufeira de utilização livre, é o *Plano de Água*, que abrange cerca de 24 ha e a *zona de protecção da albufeira* que tem a largura de 500 m medidos na horizontal a partir do nível de pleno armazenamento da albufeira (NPA), que se situa à cota de 146 m, a que lhe corresponde a área de 220 ha.

Na zona de protecção considera-se a faixa de 50 m em redor da albufeira, designada por *zona reservada*, também medida na horizontal a partir do NPA.

Por indicação do Instituto da Água (INAG), que representa em Portugal a Autoridade em matéria de segurança de barragens, considera-se também uma área designada como *zona de protecção e de respeito da barragem e dos órgãos de segurança*. Na albufeira abrange uma faixa de protecção de cerca de 30 m medidos a partir do coroamento da barragem. Na zona terrestre de protecção corresponde a uma área delimitada a jusante da barragem correspondente ao NPA e à cota do coroamento, respectivamente na margem direita e na margem esquerda, conforme delimitação assinalada na Planta de Condicionantes e na Planta de Síntese.

4 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

4.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

A síntese do diagnóstico que se apresenta, incide sobre as áreas do ambiente biofísico e sócio-económico que se consideraram mais relevantes no âmbito do Plano, tendo em vista os objectivos a atingir, contribuindo assim para uma melhor compreensão das propostas e projectos apresentados. Simultaneamente, pretende-se evidenciar, embora de forma resumida, os principais factores condicionantes e as potencialidades da área de intervenção.

4.2 - OCUPAÇÃO DO SOLO

Da análise efectuada constata-se que na bacia hidrográfica correspondente à secção da barragem predominam as explorações agrícolas, ocupando cerca de 42% da área. Destas, são as culturas de sequeiro as mais representativas, com cerca de 60 ha, o que corresponde a cerca de 53% das explorações agrícolas.

Na zona de protecção predomina a ocupação urbana, ocupando cerca de 24% da área, da qual a maior parte é composta por Tecido Urbano Descontínuo (48,2 ha).

O Tecido Urbano Contínuo, correspondente ao núcleo consolidado da Mina de São Domingos, abrange cerca de 11 ha.

As explorações florestais de eucaliptais surgem como o segundo tipo de ocupação do solo mais representativo, tanto na bacia hidrográfica como na zona de protecção da albufeira, ocupando respectivamente cerca de 19% e 23%.

Na zona de protecção da albufeira, as explorações agrícolas têm também uma expressão considerável, ocupando cerca de 20% da área. A maior parte é composta por olival (31,1 ha), que corresponde a cerca de 64% das explorações agrícolas.

Em alguns trechos da margem da albufeira verifica-se a existência de pequenas hortas utilizadas pelos habitantes da Mina de São Domingos para cultivo, constituindo um espaço de ocupação da população idosa, e de ocupação de tempos livres e de lazer para outros.

O plano de água da albufeira é utilizado para pesca, não dispondo no entanto de quaisquer infra-estruturas de apoio para aquela actividade.

4.3 - QUALIDADE DA ÁGUA

A albufeira da Tapada Pequena não é objecto de monitorização regular quanto à qualidade da água, mas, por ter ligação hidráulica com a albufeira da Tapada Grande, e por esta última se situar na pro-

ximidade imediata daquela, leva a considerar que a qualidade das duas massas de água será semelhante.

A avaliação da qualidade da água da albufeira da Tapada Grande, efectuada no âmbito da realização do correspondente Plano de Ordenamento, em função de vários usos, permitiu identificar diversas violações das normas de qualidade consignadas no Decreto-Lei n.º 236/98. Contudo, a maioria dessas violações assumiram um carácter relativamente pontual.

O parâmetro que apresentou maior número de violações foi o oxigénio dissolvido, tendo-se verificado também alguns problemas relativamente aos parâmetros manganês, sólidos suspensos totais e coliformes fecais.

O baixo teor em oxigénio dissolvido poderá dever-se à pouca quantidade de água disponível na albufeira, e também ao consumo de oxigénio pela degradação da matéria orgânica.

Os valores elevados de coliformes fecais poderão dever-se às escorrências de matéria orgânica para a albufeira, proveniente do gado existente nas explorações próximas, dos fertilizantes orgânicos aplicados nas pequenas hortas localizadas junto à margem esquerda da albufeira, e também da infiltração das águas residuais das fossas sépticas actualmente existentes no núcleo urbano da Mina de São Domingos.

4.4 - FONTES DE POLUIÇÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DA ALBUFEIRA

No reconhecimento de campo efectuado em Dezembro de 2004 e Maio de 2005 e pelos contactos estabelecidos com diversas entidades, entre as quais se destacam a Junta de Freguesia de Corte do Pinto e a Câmara Municipal de Mértola, foram identificadas na área da bacia hidrográfica, as principais e/ou potenciais fontes de poluição do meio hídrico, uma vez que poderão afectar, de forma indirecta, a qualidade da água da albufeira da Tapada Pequena.

Identificou-se uma exploração pecuária no Monte da Galega, no sector norte da bacia hidrográfica, que constitui uma das fontes de contaminação difusa das águas subterrâneas e também das águas superficiais afluentes à albufeira. Esta exploração, não se encontra na zona de protecção da albufeira, localizando-se no seu limite norte (Figura 1).

Identificou-se também pastoreio de gado bovino no sector nordeste da bacia hidrográfica.

As várias pequenas hortas, algumas com currais e pastagens existentes nas margens da albufeira, sobretudo no sector nascente e norte, também contribuem para a contaminação da água da albufeira, sobretudo pelas escorrências praticamente directas para a massa de água.

Consideram-se ainda como fontes de contaminação pontual as várias fossas sépticas do núcleo urbano da Mina de São Domingos, as quais serão eliminadas a curto prazo com a conclusão da ETAR e com as ligações das edificações à rede de saneamento que se encontra em fase de conclusão.

4.5 - ICTIOFAUNA

As comunidades piscícolas em meios lênticos são mal conhecidas em pormenor, uma vez que são ainda poucos os trabalhos realizados sobre este grupo faunístico. Poucos táxones parecem ter a capacidade de se estabelecer com sucesso neste tipo de sistema. A carpa (*Cyprinus carpio*), o barbo (*Barbus* spp.) e algumas vezes a boga (*Chondrostoma* spp.), dominam as zonas pelágica/profunda, enquanto os centrarquídeos achigã (*Micropterus salmoides*) e perca sol (*Lepomis gibbosus*) dominam a zona litoral.

Segundo trabalhos de autores referenciados nos estudos de base, a albufeira apresentou uma estrutura ictiológica qualitativa globalmente semelhante à de outras albufeiras do Sul de Portugal. As espécies capturadas são em tudo comuns às capturadas por Collares-Pereira *et al.*, 1999, no âmbito do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana, *Barbus sclateri*, *Chondrostoma willkommi*, *Cyprinus carpio*, *Carassius auratus*, *Lepomis gibbosus*, *Micropterus salmoides*, *Herichthys facetum* e *Gambusia affinis*. As populações dominantes são as de perca sol e achigã, onde é manifesta uma estrutura desequilibrada. A perca sol apresentou uma população muito abundante mas dominada por indivíduos de reduzida dimensão. A população de achigã é, por sua vez, dominada por grandes exemplares mas com uma abundância muito baixa.

4.6 - SÓCIO-ECONOMIA

Na fase dos Estudos de Base, identificou-se que o desenvolvimento do turismo, nos nichos ligados ao património, à história e à cultura da Região, bem como à natureza e à caça, tem sido a aposta dos últimos anos, mas os efeitos alcançados na sustentação de actividades tradicionais de transformação, e mesmo no comércio alimentar e de bebidas, e no artesanato, têm sido insignificantes, não permitindo recuperar esta zona deprimida. Recorda-se que o núcleo urbano da Mina de São Domingos chegou a ser o núcleo mais importante do concelho de Mértola, tendo atingido 3 859 habitantes na Década de 40, e actualmente, com o abandono generalizado que se verificou a partir de 1965, apenas tem cerca de 664 habitantes. Mesmo assim tem mais habitantes que a sede de freguesia (Corte do Pinto) que tem apenas 330 habitantes.

Da população residente na freguesia apenas cerca de 300 são activos, registando-se um elevado contingente de pensionistas (quase metade da população). A taxa de actividade na freguesia (29,6% em 2001) revela as consequências do progressivo envelhecimento, com reduzida expressão da população economicamente activa.

A estrutura sectorial de actividades na freguesia revelava, em 2001, um grande predomínio das actividades terciárias (serviços) em grande parte serviços de natureza pública e municipal.

Os alojamentos existentes representam mais do triplo das famílias residentes, oferecendo a possibilidade (e a necessidade) de desenvolver no futuro fórmulas de rentabilização dos alojamentos desocupados.

O desenvolvimento do terciário turístico, nos nichos ligados ao património, à história e à cultura da Região, tem sido uma aposta nos últimos anos, e conheceu já uma importante concretização com a criação de uma unidade hoteleira no “palácio” da antiga sede da empresa mineira. Apesar de não revelar ainda peso estatístico, contribui, cada vez mais, para o desenvolvimento de outros sectores nomeadamente:

- Das indústrias tradicionais de alimentação e bebidas;
- Da restauração;
- Do artesanato regional.

O turismo de nichos (incluindo nele a caça) e serviços de apoio à população turista, constituem factores relevantes de combate ao despovoamento e desertificação, desde que reunidas certas pré-condições para o seu desenvolvimento, a nível de equipamentos sociais de apoio, actividades regulares de animação, boas acessibilidades e meios de transporte, o que não sucede, por enquanto, no concelho de Mértola e, muito menos, na envolvente da albufeira da Tapada Pequena.

Aliás a zona na envolvente da albufeira da Tapada Pequena, não aproveitará de benefícios que advenham da colocação de Mértola no mapa dos destinos turísticos emergentes, enquanto não forem tomadas algumas medidas de melhoria infra-estrutural e de equipamento, que são aliás indispensáveis para elevar a qualidade e as condições de vida da população local.

Por isso, considera-se que o POATG deve integrar, a par de propostas relacionadas com a gestão dos recursos naturais da zona de protecção e área de enquadramento, que dão concretização às opções de desenvolvimento, a formulação de opções estratégicas de natureza sócio-económica, a traduzir em propostas de intervenção destinadas a ajudar a recuperar a ***economia rural em depressão***.

A convergência das acções e planos da Administração Central, com as acções e projectos locais a nível da Autarquia de Mértola e de parceiros privados, afigura-se como o melhor caminho para vencer o actual estado de coisas. Nessa medida, enquadram-se as propostas de ordenamento à luz dos objectivos específicos do Plano de Ordenamento da Albufeira da Tapada Pequena tendo em atenção os projectos e propostas constantes nos principais instrumentos de planeamento e ordenamento do

território que abrangem a zona em estudo, nomeadamente o POPNVG, o POATG, o PDM, o PGU e o PP em elaboração.

4.7 - INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS

A barragem da Tapada Pequena e a respectiva albufeira encontram-se abrangidas pelo Regulamento de Segurança de Barragem (RSB) não tendo até ao presente sido objecto de estudos de segurança, o que não se adequa com o disposto na legislação em vigor. Atendendo à localização da barragem e à sua contiguidade relativamente ao núcleo populacional da Mina de São Domingos, o risco afigura-se elevado, sendo recomendável a elaboração dos estudos exigidos pelo RSB, incluindo a cartografia das áreas inundáveis devido a uma eventual ruptura da barragem e os respectivos planos de emergência e sistema de aviso e alerta.

Paralelamente, deverá ser elaborado um plano de recuperação/reabilitação dos órgãos de segurança da barragem, como o descarregador de cheias e de fundo e o canal de descarga para a albufeira da Tapada Grande, que se encontram degradados e abandonados.

Estas acções permitirão no futuro uma gestão mais eficaz da massa de água, podendo facilitar intervenções como o eventual esvaizamento da albufeira para limpeza do fundo.

4.8 - INFRA-ESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO

A degradação progressiva da qualidade da água da albufeira de Enxoé, obrigou à utilização recente da água da albufeira da Tapada Grande para abastecimento público da população da Mina de São Domingos nos meses de Verão, apesar da água daquela albufeira não apresentar qualidade adequada para aquela utilização. Dado que a albufeira da Tapada Pequena tem ligação hidráulica com a albufeira da Tapada Grande, importa considerar, no âmbito do presente Plano, as medidas possíveis para protecção da respectiva massa de água.

A não resolução dos problemas de abastecimento, regular e com qualidade, à povoação da Mina de São Domingos dificulta a concretização de novos projectos de desenvolvimento.

Na localidade da Mina de São Domingos, estão em fase final as obras de construção da rede de esgotos domésticos e da ETAR, observando-se que apenas um café, a Misericórdia, a Estalagem São Domingos e um particular se encontram ligados à rede, o que significa que grande parte das edificações continua ligada às fossas sépticas que constituem ainda o sistema de tratamento das águas residuais urbanas da Mina de São Domingos.

Espera-se que a ligação de todas as edificações à rede de drenagem das águas residuais e a eliminação das fossas sépticas contribuam para eliminar um dos focos de poluição da albufeira da Tapada Pequena, e que é simultaneamente um foco de poluição da albufeira da Tapada Grande.

4.9 - EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E DE LAZER

Na proximidade da albufeira, a cerca de 1 km a sudoeste da barragem, localiza-se um equipamento de apoio a actividades de recreio e lazer associadas ao plano de água e à zona de protecção da albufeira da Tapada Grande, que evidencia a preocupação de dotar a área de equipamentos adequados ao apoio de actividades que têm registado uma procura crescente nos últimos anos.

Salienta-se também a Estalagem São Domingos (cinco estrelas) que resultou da recuperação das instalações do antigo “Palácio” e que foi sede da antiga administração da Mina.

4.10 - PATRIMÓNIO

A barragem da Tapada Pequena coalesce, em parte do seu sector sul e ocidental, com o núcleo urbano da Mina de São Domingos. Em consequência dessa posição, a área de intervenção do POA abrange quase a totalidade daquela povoação. Assim, a aldeia e as infra-estruturas industriais associadas à antiga exploração mineira assumem destacado relevo no âmbito deste Plano, como formas de património arquitectónico rural e como património arqueológico mineiro-industrial.

Da exploração mineira romana, os relatórios e publicações do séc. XIX (identificados nos Estudos de Base) referem a identificação de poços, em geral de forma rectangular, e galerias de configuração e dimensões variáveis, situados nos degraus do lado norte da “Corta”, no chapéu-de-ferro. Desta fase da exploração da jazida também estão referenciados importantes massas de escórias de fundição em vários locais.

Sobre a fase moderna (Época Contemporânea) da exploração da jazida muito se tem escrito nas últimas décadas sobre técnicas e vivências, desde o livro de memórias aos estudos de carácter sociológico ou sobre o património mineiro-industrial.

As bases de dados dos principais organismos da Administração Central com tutela sobre o Património (Instituto Português do Património Arquitectónico, Instituto Português de Arqueologia e Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais) referem a Mina de São Domingos tanto na vertente clássica (primeira fase de exploração) como moderna (fase de exploração contemporânea de 1854 a 1966), estando o conjunto em Vias de Classificação.

Os resultados da pesquisa documental e do trabalho de campo efectuado estão registados sob a forma de uma listagem sumária e de fichas descritivas individuais apresentadas nos Estudos de Base.

Dada a importância do património identificado considerou-se relevante incluir a Panta de Património nos elementos que acompanham o Plano com vista à sua salvaguarda.

4.11 - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

A área de intervenção do POATP e sua envolvente, é abrangida por diversos instrumentos de Ordenamento e de Gestão do Território, actualmente em vigor ou em elaboração, que condicionam e determinam os usos do solo.

A Albufeira da Tapada Pequena e a sua área envolvente são abrangidas por diversos instrumentos de gestão territorial que por vezes se sobrepõem, e como tal, deverão ser compatibilizados segundo o disposto no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro. Estes planos, a seguir identificados, condicionam e determinam os usos do solo na área de intervenção do POA:

- a) Plano de Ordenamento do Parque Natural do Vale do Guadiana (POPNVG), aprovado por R.C.M. n.º 161/2004 de 10 de Novembro;
- b) Plano de Ordenamento da Albufeira da Tapada Grande (POATG), aprovado por R.C.M. n.º 114/2005 de 5 de Junho);
- c) Plano Director Municipal (PDM) do Concelho de Mértola (aprovado por R.C.M. n.º 162/95 de 6 de Dezembro);
- d) Plano Geral de Urbanização (PGU) da Mina de São Domingos e Pomarão (ratificado através da Portaria n.º 186/98 de 19 de Março e sujeito a alteração ratificada pela Declaração n.º 295/2000 da DGOT, publicada no D.R. de 13 de Setembro);
- e) Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana (PBH Guadiana) (aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 16/2001 de 5 de Dezembro e pela Declaração de Rectificação nº 21-C/2001 de 31 de Dezembro);
- f) Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Histórico da Mina de São Domingos (em elaboração).

Verifica-se assim a existência de vários níveis de planeamento, salientando-se os dois planos de natureza especial, o POATG e o POPNVG. À semelhança do que sucede com aqueles planos, a aprovação do presente POATP, na sua área de intervenção, determinará a adequação dos planos municipais de ordenamento do território por eles abrangidos, pelo que as contradições/conflitos que se verificam entre os vários instrumentos de ordenamento do território poderão ser ultrapassados com o presente Plano de Ordenamento.

4.12 - POTENCIALIDADES

Das análises efectuadas no decurso do levantamento da situação actual e da realização dos estudos de base, depreende-se que a área objecto de intervenção, e a sua envolvente próxima, reúne um con-

junto variado de atractivos, onde se destacam os que são relacionados com as actividades associadas à albufeira da Tapada Grande e suas margens e ao núcleo histórico da Mina de São Domingos.

Também se destacam as áreas turísticas previstas no PGU da Mina de São Domingos e Pomarão, as quais são objecto de regulamentação e delimitadas na Planta de Síntese do POPNVG. Estas áreas turísticas poderão assumir um papel importante no desenvolvimento local atraindo para a Mina de São Domingos investimentos importantes.

Se adicionarmos a importância do património cultural/industrial em vias de classificação, que abrange o conjunto da Mina de São Domingos, onde se incluem os vestígios da actividade mineira, os antigos estaleiros, instalações diversas, as ruínas industriais e a faixa da antiga linha-férrea que ligava a área de exploração mineira ao cais do Pomarão, no Guadiana, estamos perante um quadro geral de forte atractivo turístico.

A articulação destes atractivos com os planos e projectos existentes e com as propostas de ordenamento estabelecidas no âmbito do presente Plano de Ordenamento, poderão contribuir de forma significativa para a revitalização de uma região que nas últimas décadas tem assistido à degradação dos recursos e ao abandono das populações.

Se por um lado o afastamento da área da Mina de São Domingos em relação aos principais centros polarizadores regionais tem contribuído para um isolamento crescente, esse afastamento também poderá significar uma garantia de preservação do espaço, com manifesta qualidade ambiental que potencia o seu aproveitamento selectivo.

A articulação deste potencial com a exigida revitalização das estruturas sociais tradicionais, em moldes modernos, constituirá um desafio interessante para a requalificação ambiental da região, criação de riqueza, e quebra do isolamento que a paragem da actividade mineira impôs à população.

As acções em curso, quer de infra-estruturação, quer de projectos e planos de requalificação, revelam o esforço que as várias entidades envolvidas, com destaque para a Câmara Municipal de Mértola, CCDR Alentejo e INAG têm vindo a realizar, o que é manifestamente positivo.

A recente reconversão do antigo “Palácio” numa unidade hoteleira de qualidade, de iniciativa privada, integrada com os valores ambientais existentes, poderá ser um forte contributo para a valorização local e regional, atraindo turismo qualificado. A proximidade do mercado espanhol também é um factor a ter em conta nas potencialidades da região.

4.13 - CONDICIONANTES

As principais condicionantes de uso do solo estabelecidas nos principais instrumentos de ordenamento territorial e na legislação em vigor e as servidões e restrições de utilidade pública, constituem factores limitantes da intervenção no território alvo do presente POA.

Domínio hídrico - de acordo com a legislação em vigor, a margem da albufeira tem uma largura de 30 m.

Os cursos de água têm uma expressão muito reduzida na área de intervenção, não atingindo sequer 1 km de extensão. A zona de protecção das suas margens tem a largura de 10 m dado tratarem-se de cursos de água não navegáveis nem flutuáveis.

Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional - As áreas abrangidas pela REN são apresentadas na Planta de Condicionantes. Salienta-se a faixa de 100 m em redor da albufeira e uma faixa no sector nascente correspondente a montado.

A área de RAN localiza-se entre a Estrada Nacional EN 265 e a Estrada Municipal EM 505, no sector noroeste da zona de protecção.

Zona de protecção e zona reservada da albufeira - Tratando-se de uma albufeira de água públicas classificada de utilização livre, a zona de protecção tem a largura de 500 m, sendo de considerar dentro desta faixa uma “zona reservada” com a largura de 50 m medidos a partir da linha correspondente ao Nível de Pleno Armazenamento (NPA).

Nesta zona reservada, não são permitidas quaisquer construções que não sejam infra-estruturas de apoio à utilização da albufeira.

Zona de protecção e de respeito da barragem e dos órgãos de segurança - A zona de protecção e de respeito da barragem, definida pelo INAG como Autoridade em matéria de segurança de barragens nos termos da legislação em vigor e apresentada na planta de condicionantes, determina limitações ao uso do solo de uma parte significativa do do aglomerado populacional da Mina de São Domingos.

Limites de de instrumentos de gestão territorial - Consideraram-se também como condicionantes os limites dos vários instrumentos de gestão territorial em vigor e em elaboração para a área de intervenção, adiante indicados:

- Limite do Parque Natural do Vale do Guadiana / Limite da ZPE Guadiana;
- Limite do Plano de Ordenamento da Albufeira da Tapada Grande;

- Limite da área urbana da Mina de São Domingos.

Património - Encontra-se delimitada a área em vias de classificação que abrange a maior parte da área urbana da Mina de São Domingos. Encontra-se também indicada a localização de outras ocorrências com interesse patrimonial, que embora não constituam desde já servidões de utilidade pública, encontram-se registadas na Planta de Património (Figura 4).

Infra-estruturas - As principais infra-estruturas existentes são a barragem da Tapada Pequena, a estrutura hidráulica do descarregador de cheias que estabelece a ligação entre as albufeiras da Tapada Pequena e da Tapada Grande e a linha de média/baixa tensão e as captações de água subterrânea.

5 - OPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

As opções de desenvolvimento do Plano de Ordenamento da Albufeira da Tapada Pequena têm como linhas orientadoras as necessárias e urgentes actuações para recuperar esta zona de economia rural em depressão. Simultaneamente, o Plano procura responder à necessidade de compatibilização dos vários instrumentos de Ordenamento do Território em vigor na área de intervenção, promovendo o desenvolvimento sócio-económico em articulação com a conservação da natureza.

A convergência das acções e projectos resultantes de planos como o POA, com algumas acções e projectos locais de iniciativa municipal, e com projectos de investidores privados, foi já reconhecida como indispensável para inverter a tendência de abandono de zonas rurais como as que envolvem as albufeiras da Tapada Grande e da Tapada Pequena.

Uma importante opção que desde logo se levanta é a da incentivação da imigração para a zona, associando-lhe provavelmente uma bolsa de pequenos projectos de investimento de valorização de recursos locais, a gerir em parceria pelo Município e alguns dos mais relevantes actores sociais do concelho. De facto, a evolução tendencial da zona será no sentido da diminuição da população residente, do número de explorações agrícolas, pecuárias e florestais e do emprego, o que só pode ser combatido com o influxo de novos (e produtivos) investimentos.

Uma segunda opção de desenvolvimento radica na valorização do ambiente e da qualidade da paisagem como factores económicos. As novas tendências que se desenham na zona, para o aproveitamento do seu potencial para a cinegética, o turismo de natureza, o ecoturismo, podem ser definidoras de nichos com procura crescente, para os quais é necessário preparar infra-estruturas e equipamentos. Inscreve-se nesta linha a criação de uma zona de lazer, com características de parque de campismo/caravanismo junto à albufeira da Tapada Pequena.

Finalmente, outra importante opção de desenvolvimento, relaciona-se com a sustentabilidade do quadro de vida local, de modo a evitar que o despovoamento continue. Urge encontrar modos de

ocupação e valorização económica de áreas envolventes da albufeira, que não ponham em risco a sua requalificação no âmbito do POA, mas que permitam:

- Promover actividades que ocupem um mínimo de população residente na agricultura, pecuária, artesanato e outras actividades tradicionais;
- Melhorar as infra-estruturas de base (água, esgotos, arruamentos) e criar alguns equipamentos e serviços locais para a população permanente, turistas e visitantes;
- Criar programas de animação e eventos locais e incluir as albufeiras nos circuitos turísticos concelhios, como modo de fortalecer e sustentar a procura turística local e viabilizar os próprios equipamentos a criar;
- Recuperar integralmente, no quadro da valorização patrimonial, cultural e turística da Região, todo o acervo mineiro incluindo a linha ferroviária, e promover em parceria com outras entidades públicas e privadas interessadas, projectos de musealização e de aproveitamento turístico.

6 - PROPOSTA DE ORDENAMENTO

6.1 - PRINCÍPIOS GERAIS

A proposta de ordenamento decorre da análise e diagnóstico das potencialidades e condicionantes do território abrangido pela zona de protecção da albufeira e envolvente próxima, incluindo o núcleo urbano da Mina de São Domingos e o zonamento do Plano de Ordenamento da Albufeira da Tapada Grande e do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Vale do Guadiana recentemente aprovados, e ainda dos planos municipais de ordenamento territoriais em vigor e em elaboração.

O zonamento proposto baseia-se nos aspectos biofísicos e sócio-económicos a ter em conta num cenário de desenvolvimento sustentável, bem como na normativa dos instrumentos de gestão territorial em vigor.

Como resultado da auscultação dos interesses e problemas locais, torna-se possível prever a afectação de algumas áreas a usos específicos estruturantes do desenvolvimento económico-social, compatíveis com os objectivos do POATP e dos restantes instrumentos de gestão territorial.

A proposta de ordenamento apresentada visa essencialmente a preservação ou reestruturação das áreas rurais envolventes da albufeira, incluindo usos turísticos compatíveis com a melhoria da qualidade da água e da paisagem, mas igualmente enquadrar, nos limites do perímetro urbano, as intervenções municipais de planeamento e infra-estruturação que vão no sentido da desejada requalifica-

ção urbana. Na Figura 2 apresenta-se a Planta de Síntese de Ordenamento e no sub-capítulo seguinte o zonamento e classificação dos espaços da zona de protecção da albufeira da Tapada Pequena.

6.2 - ZONAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS

6.2.1 - Espaços rurais

Exteriormente ao perímetro urbano, a zona de protecção da albufeira, exceptuando uma pequena área a norte incluída na Reserva Agrícola Nacional, é abrangida pela classificação que lhe é atribuída pelo POPNVG de Área de Protecção Complementar - Tipo I.

O mesmo POPNVG define ainda uma área turística sujeita a plano de pormenor de acordo com os parâmetros estabelecidos no PGU da Mina de São Domingos.

Neste contexto, o zonamento proposto considera duas áreas de vocação turística que correspondem às definidas no PGU, com a nova delimitação resultante da necessária compatibilização deste com o POPNVG e o POATG e na restante área são propostos usos do solo compatíveis com os PMOT em vigor (PGU e PDM). São também propostas algumas conversões de áreas de eucalipto, pastagens e a promoção do bosque ribeirinho nas margens da albufeira (faixa adjacente com a largura de 10 m).

Assim, o zonamento proposto para os espaços rurais da zona de protecção, inclui várias categorias com tradução a nível regulamentar no presente plano:

- Área natural a conservar/recuperar - Bosque ribeirinho (Salgueiro, ulmeiro, choupo e loendro, na faixa de 10 m da margem da albufeira) e margens dos cursos de água a recuperar numa faixa de 10 m adjacente;
- Área agrícola a manter - Olival, culturas anuais e pastagens;
- Áreas de vocação turística – AVT1 (Parque de campismo/caravanismo) e AVT2 (correspondente à ZTH2 prevista no PGU da Mina de São Domingos e Pomarão com a nova delimitação decorrente da aprovação do POPNVG e do POATG);
- Área florestal e agrícola a converter - Área de eucaliptal e de pastagem a converter para povoamento misto de pinheiro manso/alepo/cipreste e azinheira.

6.2.2 - Espaços urbanos

No âmbito da presente proposta de ordenamento consideram-se inalterados os limites do perímetro urbano e o zonamento proposto no PMOT em elaboração (PP de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Histórico da Mina de São Domingos), com as alterações introduzidas pelo POATG.

Será no entanto necessário condicionar a utilização da zona de respeito da barragem e dos respectivos órgãos de segurança.

A área da antiga exploração mineira, em vias de classificação, deverá ser reabilitada como zona museológica dado o seu valor histórico mediante a elaboração de um projecto específico, estando já realizadas obras de vedação e condicionamento de acessos à antiga “corta” da Mina com o objectivo de assegurar condições mínimas de segurança.

Assim, o zonamento proposto define, quanto aos espaços urbanos incluídos na área de intervenção do POATP, cinco categorias com tradução a nível regulamentar no presente plano e no plano de pormenor em elaboração (quatro das quais já contempladas no POA da Tapada Grande):

- Zona do Núcleo Histórico da Mina de São Domingos - NH;
- Zona de Expansão Mista - ZEM;
- Zona de Expansão Desportiva - ZED;
- Zonas de Reabilitação Urbana - ZRU1, ZRU2 e ZRU3.
- Zona Museológica abrangendo a área em vias de classificação - ZM;

Mantêm-se assim as zonas de uso turístico previstas no PGU (ZTH2 com a nova delimitação decorrente da aprovação do POPNVG e do POATG, aqui designada por AVT2) e ZTH3, embora esta última com outra tipologia mais adequada à procura actual (Parque de campismo/caravanismo - AVT1). Salienta-se que esta AVT1 deverá obedecer aos requisitos consignados no POPNVG (nº 3 do Artº 19ª) e às limitações decorrentes da capacidade da ETAR da Mina de São Domingos.

O zonamento proposto assume igualmente o espaço verde natural AVN2 definido no PGU e o espaço agrícola correspondente à zona da RAN, convertendo algumas áreas com vista à protecção das margens da albufeira.

A área florestal a converter corresponde ao eucaliptal não abrangido pela AVT1 e a área agrícola a converter corresponde a uma faixa de 100 m de largura adjacente à albufeira (sector sudeste) onde existe actualmente uma pastagem. O objectivo é promover a diversidade biofísica com recurso a estruturas silvo-pastoris do tipo montado, as quais promovem, a prazo, a recuperação ambiental da massa de água da albufeira.

6.2.3 - Plano de Água

No plano de água propõe-se:

- Zona de protecção da barragem e dos órgãos de segurança - corresponde a uma faixa estreita na zona da albufeira contígua ao coroamento da barragem com uma largura de 30 m e a uma área em redor do descarregador de cheias (faixa de 15 m para cada lado da crista da vala) junto à estrada municipal EM 505;
- Zona de protecção ambiental - sectores da albufeira junto às confluências principais;
- Zona de utilização restrita - zona onde é permitida a pesca em articulação com plataformas nas margens;
- Zona de utilização livre - zona destinada à prática de actividades como a vela ou a navegação.

6.2.4 - Outros zonamentos

Em associação com o plano de água ou com a zona terrestre de protecção consideram-se ainda os seguintes zonamentos, assinalados na Planta de Síntese:

- Plataformas de apoio à pesca - zonas destinadas a facilitar a prática da pesca em condições de segurança e evitando o pisoteio das margens;
- Miradouro - local de estadia/descanso para contemplação da paisagem associado a percurso pedestre temático interpretativo (natureza);
- Acesso de embarcações à albufeira;
- Percurso temático - percurso pedestre interpretativo dos valores ambientais e culturais da zona de protecção da albufeira;
- Zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança com limitações de uso:
 - . zona terrestre a jusante da barragem abaixo de 146 m de altitude, que corresponde à cota do NPA da albufeira;
 - . faixa de 50 m em redor dos encontros da barragem;
 - . zona terrestre adjacente ao descarregador de cheias e à vala do descarregador de cheias com a largura de 15 m contados a partir da crista dos taludes.

6.3 - PROGRAMAS E PROJECTOS

6.3.1 - Considerações gerais

Para a prossecução dos objectivos do POATP identificaram-se vários programas e correspondentes projectos, que procuram dar suporte às propostas de ordenamento da albufeira e da sua zona de protecção, constituindo as suas linhas gerais.

Os programas e projectos têm uma abrangência espacial confinada aos limites da zona de protecção da albufeira, enquadrando-se porém com outros projectos de iniciativa pública e privada existentes ou previstos, promovidos por entidades como a Câmara Municipal de Mértola, o Instituto Português do Património Arquitectónico ou o Parque Natural do Vale do Guadiana. Os projectos permitirão articular e compatibilizar os usos principais e secundários da albufeira com a pressão a que as margens se encontram sujeitas, promovendo a recuperação ou reabilitação de espaços ou infra-estruturas e também a recuperação da qualidade da água da albufeira, de modo a tornar possível alguns usos actualmente incompatíveis.

Os programas e projectos identificados são apresentados com maior detalhe nos Estudos de Base e no Programa de Execução. No presente relatório síntese apresenta-se apenas a lista dos programas e respectivos projectos.

6.3.2 - Programas e Projectos

6.3.2.1 - *Programa P1 - Recuperação e valorização da albufeira e da zona de protecção*

A recuperação e valorização da albufeira comporta diversas vertentes de intervenção sob a forma de projectos orientados para a recuperação e monitorização da qualidade da água e também para a valorização ecológica dos espaços na área envolvente.

Neste âmbito destacam-se algumas acções importantes com realce para os projectos:

- Projecto Prj 1.1 - Recuperação da qualidade da água e respectiva monitorização
- Projecto Prj 1.2 - Reabilitação dos órgãos de segurança da barragem
- Projecto Prj 1.3 - Realização de uma campanha de levantamento de fundos, para balizagem da albufeira
- Projecto Prj 1.4 - Elaboração do Plano de Emergência da Barragem da Tapada Pequena
- Projecto Prj 1.5 - Reabilitação da passagem hidráulica da descarga de cheia sob a EM 505
- Projecto Prj 1.6 - Preparação de zonas de apoio à pesca e de zona de acesso de embarcações à albufeira

- Projecto Prj 1.7 - Segurança e sinalização da barragem e do plano de água

6.3.2.2 - Programa P2 - Intervenções na zona terrestre de protecção

A promoção e reabilitação da zona terrestre de protecção da albufeira compreende intervenções sob a forma de projectos orientados para a melhoria das condições ambientais da envolvente da albufeira, para a melhoria progressiva da massa de água e para criar condições de atractividade para os utentes daqueles espaços.

Destacam-se os seguintes projectos:

- Projecto Prj 2.1 - Recuperação do bosque ribeirinho
- Projecto Prj 2.2 - Limpeza e renaturalização das margens da albufeira
- Projecto Prj 2.3 - Remoção de construções precárias
- Projecto Prj 2.4 - Recuperação ambiental da “corta”
- Projecto Prj 2.5 - Melhoramento de caminhos, acessos e áreas de estacionamento
- Projecto Prj 2.6 - Criação de percurso temático
- Projecto Prj 2.7 - Criação de zona de estadia (miradouro)
- Projecto Prj 2.8 - Conversão para pinheiro manso/alepo/cipreste e azinheira em zonas adjacentes ao plano de água

6.3.2.3 - Programa P3 - Valorização cultural, patrimonial e turística

A valorização cultural, patrimonial e turística da área da albufeira terá que ser feita integradamente com a oferta cultural da localidade de Mina de São Domingos, da Vila de Mértola e das aldeias vizinhas, para compreender, em particular, vários monumentos arqueológicos nas proximidades e também identificados nos estudos de base.

A esse propósito assinalaram-se várias vertentes de intervenção, quer pública, quer privada, destacando-se os seguintes projectos:

- Projecto Prj 3.1 - Preparação (infraestruturação) de uma área para criação de um parque de campismo/caravanismo
- Projecto Prj 3.2 - Criação de uma zona de protecção do cemitério dos ingleses e arranjo do espaço adjacente
- Projecto Prj 3.3 - Elaboração de Planos de Pormenor na área da Mina de São Domingos:

- Plano de Pormenor das zonas de expansão não abrangidas pela área de intervenção do Núcleo Histórico (Zona dos Armazéns);
- Plano de Pormenor da Zona de Equipamento Desportivo;
- Plano de Pormenor das áreas de vocação turística AVT1 e AVT2;
- Plano de Pormenor da área da antiga exploração mineira em vias de classificação, que deverá ser promovido pela entidade da tutela.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do Projecto de Plano de Ordenamento que se apresentou, teve por base o Diagnóstico da Situação Actual, os Estudos de Base, as opções estratégicas de desenvolvimento estabelecidas pela equipa técnica na Proposta de Ordenamento em articulação com a Comissão Mista de Coordenação que tem acompanhado a elaboração do Plano e as suas recomendações.

Centrando-se o POATP na área da albufeira e na faixa adjacente de protecção com a largura de 500 m, os objectivos de qualidade da água a atingir poderão ficar comprometidos se não for possível uma actuação em áreas mais alargadas, ou seja, além da zona de protecção da albufeira, onde os usos do solo e as actividades agro-pecuárias na bacia hidrográfica poderão constituir factores limitantes do cumprimento desses objectivos. Cabe aqui um papel importante das entidades responsáveis pela verificação do cumprimento das disposições legais estabelecidas nos vários instrumentos de Ordenamento Territorial, salientando-se o município de Mértola, o Parque Natural do Vale do Guadiana e a CCDDR-Alentejo; na área de intervenção do POPNVG as propostas articularam-se com as disposições constantes naquele plano especial, sendo por isso de esperar que a sua execução responda de forma eficaz às preocupações de melhoramento da qualidade da água da albufeira.

A proposta de Plano de Ordenamento que agora se apresentou de forma resumida, procurou compatibilizar os vários instrumentos de ordenamento em vigor e previstos para a área do POATP, tendo presente a preocupação de recuperação ambiental e revitalização sócio-económica da área da Mina de São Domingos.

A articulação entre a equipa técnica, as entidades que compõem a Comissão Mista de Coordenação, a Câmara Municipal de Mértola e outros agentes locais, tornaram possível, no âmbito da elaboração deste plano especial de ordenamento do território, compatibilizar os limites constantes nos vários instrumentos de ordenamento territorial em vigor na zona de intervenção com os objectivos do POATP e acolher algumas propostas de promoção de desenvolvimento local .

As eventuais sugestões e contributos que se venham a verificar no âmbito da discussão pública serão analisados pela equipa técnica e pela Comissão Mista de Coordenação, e caso se considerem

relevantes serão integrados na proposta final do Plano de Ordenamento a submeter às entidades competentes para aprovação.